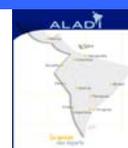


# CARTA DE MONTEVIDÉU



## MERCOSUL E ALADI: Informativo da Delegação do Brasil em Montevideu



N.º 4, março de 2008

### CALENDÁRIO\*

#### MERCOSUL

**4/3** – VI Reunião do Comitê de Direção do Observatório da Democracia do MERCOSUL (ODM), em Montevideu.

**13/3** – Reunião do Grupo Executivo para Integração Produtiva da Cadeia Automotiva do MERCOSUL (GEIPA), em São Paulo.

**14/3** – Reunião do Programa MERCOSUL de Desenvolvimento de Fornecedores para o Setor de Petróleo e Gás, no Rio de Janeiro.

**17/3** – Reunião de Coordenadores Nacionais sobre a Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum, em Buenos Aires.

**18/3** – Reunião do Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis (GAHB), em Buenos Aires.

**26-28/3** – XCIX Reunião da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), em Montevideu.

**27-28/3** – Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos (RADDHH), em Buenos Aires.

**31/3** – Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL, em Montevideu.

**15-16/4** – Reunião do Grupo Mercado Comum (GMC), em Buenos Aires.

**6-8/5** – C Reunião da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), em Montevideu.

**30/5** – XXXIV Reunião de Ministros da Educação, em Buenos Aires.

**30/5** – XXIX Reunião de Ministros da Justiça, em Buenos Aires.

#### ALADI

**11/3** – XIV Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, em Montevideu.

\* *Datas sujeitas a alteração pelos Estados Partes*

### APRESENTAÇÃO

*Durante a última Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em 18 de dezembro passado, em Montevideu, os Presidentes debateram os principais desafios do bloco com vista ao aprofundamento do processo de integração regional.*

*Identificaram-se como prioridades para os trabalhos do primeiro semestre de 2008 – período de exercício da Presidência "Pro Tempore" argentina – a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e a conclusão do Código Aduaneiro; a integração produtiva; o tratamento das assimetrias entre os Estados Partes; e a reforma institucional do MERCOSUL, que inclui a criação de orçamento geral e o aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias, instituído pelo Protocolo de Olivos, em 2002. Esses temas são objeto do artigo principal deste quarto número da "Carta de Montevideu".*

*Um passo significativo foi dado pelo MERCOSUL com a assinatura, em dezembro, do Acordo de Livre Comércio com Israel, o primeiro instrumento do gênero assinado fora do âmbito da ALADI. Também em dezembro, acertou-se retomar, em abril próximo, das negociações comerciais com a União Européia.*

*A presente edição relata ainda o estado das negociações preparatórias à XIV Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que se realizará em Montevideu, no próximo dia 11 de março. O objetivo do Brasil – que se refletiu na apresentação de várias propostas sobre acesso a mercados – é promover a intensificação do intercâmbio de bens e serviços na região, por meio do aprofundamento da liberalização comercial (com o estabelecimento de metas e prazos) e da convergência das normas e disciplinas correspondentes.*

**Regis Arslanian**

*Embaixador*

*Representante Permanente do Brasil  
junto à ALADI e ao MERCOSUL*

ARTIGO: *Perspectivas do MERCOSUL para o Primeiro Semestre de 2008* ..... 2

#### MERCOSUL

Mercosul Econômico-Comercial ..... 3

Mercosul Político-Social ..... 7

Mercosul: Outros Temas ..... 8

ALADI ..... 9

#### OUTROS TEMAS DE

INTEGRAÇÃO REGIONAL ..... 10

ANEXO ESTATÍSTICO: *Evolução do Comércio do Brasil com o Chile e o México* ..... 11

## PERSPECTIVAS DO MERCOSUL PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008

A agenda do MERCOSUL, durante a Presidência *Pro Tempore* Argentina (PPTA), no primeiro semestre de 2008, está concentrada nos seguintes temas:

- eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC);
- conclusão do Código Aduaneiro;
- integração produtiva;
- assimetrias entre os Estados Partes; e
- reforma institucional.

A eliminação da dupla cobrança da TEC constitui medida fundamental para assegurar a livre circulação de bens entre os Estados Partes e promover o aperfeiçoamento da União Aduaneira. Permitirá a internalização em território aduaneiro único, formado por todo o bloco, dos produtos importados pelos Estados Partes. Poderá, ainda, facilitar as negociações do agrupamento com parceiros extra-regionais, entre os quais a União Européia, que sempre manifestou, no contexto das negociações de acordo de livre comércio com o MERCOSUL, a necessidade de instituição dessa medida. A primeira etapa da agenda de trabalho para a eliminação da dupla cobrança — contida na Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) N.º 54/04 — foi implementada, como forma de dar início ao funcionamento do novo sistema, para as seguintes duas situações: produtos que, em acordos comerciais com terceiros países ou blocos econômicos, sejam beneficiários de preferências de 100%, desde que outorgadas por todos os Estados Partes do MERCOSUL; e produtos cuja TEC corresponda a 0%. Nessa etapa, foi adotado um sistema aduaneiro integrado, de certificação e controle, para a internalização das mercadorias no MERCOSUL.

Corre também o prazo, que se encerra em 2008, para o cumprimento da etapa seguinte, que prevê a entrada em vigor do Código Aduaneiro do MERCOSUL, a interconexão informática das aduanas e a adoção de um mecanismo de redistribuição da renda aduaneira em favor dos Estados Partes que venham a sofrer perda de arrecadação. Os trabalhos devem estar concluídos em junho, ao final da PPTA, de modo a dispor de tempo hábil para os procedimentos de internalização. A redação do Código Aduaneiro do MERCOSUL, nos termos da Decisão CMC N.º 55/07, deverá estar terminada até maio próximo.

A efetiva integração das estruturas produtivas e de cadeias de valor entre os Estados Partes propicia o fomento de atividades econômicas no âmbito doméstico e, portanto, constitui útil ferramenta para a superação das assimetrias regionais. Por meio da Decisão N.º 52/07, o CMC criou o Grupo *Ad Hoc* para a elaboração de Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL, que será apreciado pelo CMC ao final do corrente semestre. O Grupo Executivo para Integração Produtiva da Cadeia Automotiva do MERCOSUL (GEIPA), que se reunirá pela segunda vez em São Paulo, no próximo dia 13 de março, constitui exemplo de instância criada para o aprofundamento das cadeias regionais de valor. O GEIPA reúne representantes de montadoras de veículos e fabricantes de autopeças, incluindo, do lado brasileiro, a ANFAVEA e o SINDIPEÇAS. Encontram-se ainda em elaboração propostas do Brasil e da Argentina para a criação de um fundo de apoio às pequenas e médias empresas envolvidas no processo de integração regional.

Deverão prosseguir os trabalhos para a superação das assimetrias entre os Estados Partes do MERCOSUL, entre os quais o da elaboração de Plano Estratégico para a Superação de Assimetrias, a ser concluído em 2008. Também com respeito à questão das assimetrias, o Fundo

para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) entrou em seu segundo ano de funcionamento com uma carteira de 18 projetos aprovados pelo Conselho do Mercado Comum, orçados em US\$ 145 milhões. Desse universo, encontram-se em fase de execução, com US\$ 3,7 milhões desembolsados, dois projetos do Paraguai, um projeto do Uruguai, um projeto pluriestatal e dois projetos da Secretaria do MERCOSUL. Atualmente, o Fundo conta com US\$ 114 milhões depositados em instituições financeiras dos quatro Estados Partes.

Por fim, nos trabalhos do MERCOSUL, tem recebido ênfase a reforma institucional do bloco, em andamento desde 2006. Os principais pontos em discussão referem-se a criação de orçamento geral para o MERCOSUL, que englobe suas diferentes instituições; reestruturação dos órgãos decisórios; aperfeiçoamento do processo de incorporação da normativa do MERCOSUL aos ordenamentos jurídicos nacionais; e mecanismos que possam contribuir para aperfeiçoar o sistema de solução de controvérsias, instituído pelo Protocolo de Olivos, de 2002.

## MERCOSUL

### MERCOSUL Econômico-Comercial

#### **Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum**

Em 2004, os Ministros do MERCOSUL estabeleceram que os requisitos para a plena eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) deverão estar definidos e em vigência “não além de 2008”. Na última reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), em dezembro, os Estados Partes manifestaram a intenção de concluir os trabalhos pendentes ainda durante o primeiro semestre de 2008, a fim de que os instrumentos necessários possam ser internalizados até 31 de dezembro. O MERCOSUL vem trabalhando nos seguintes requisitos necessários para a eliminação da dupla cobrança da TEC: interconexão informática de aduanas, redação do Código Aduaneiro do MERCOSUL e implementação de mecanismo para redistribuição da renda aduaneira. A última reunião da Comissão de Comércio do MERCOSUL – CCM (Montevideu, 26 e 27 de fevereiro) deu seguimento a essas questões.

No que se refere à interconexão informática, foi desenvolvido o sistema INDIRA (Intercâmbio de Informação dos Registros Aduaneiros), que visa a permitir o intercâmbio, em tempo real, de informações entre as autoridades aduaneiras dos Estados Partes. Estão sendo desenvolvidos trabalhos técnicos para a captação de dados sobre operações aduaneiras.

Quanto ao Código Aduaneiro, que já se encontra em etapa avançada de redação, estão sendo discutidos os seguintes temas:

- definição de território aduaneiro e áreas aduaneiras especiais, o que determinará o caráter das Zonas Francas;
- possibilidade de aplicação de impostos de exportação no comércio intrazona;
- possibilidade de aplicação de tarifas específicas, incluindo no âmbito da TEC;
- e
- facilitação do comércio de mercadorias com destino a Estados Partes sem litoral marítimo, ou deles provenientes.

Uma vez disponíveis e compatibilizados os dados sobre arrecadação aduaneira nos

Estados Partes, serão efetuados exercícios de simulação para a definição dos parâmetros do mecanismo. Na Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), seguem as discussões sobre o âmbito de aplicação do mecanismo e a forma de distribuição e gestão dos recursos.

Na última reunião da CCM, o Brasil apresentou proposta de aplicativo de informática, desenvolvido pelo SERPRO, em coordenação com a Receita Federal, para a troca de dados dos despachos aduaneiros. O aplicativo destina-se tanto para os exercícios de simulação como para a implementação de mecanismo de redistribuição da renda aduaneira.

---

### **Listas de Exceção à Tarifa Externa Comum**

---

O Conselho do Mercado Comum adotou, em dezembro, novo cronograma para a redução das Listas de Exceção à Tarifa Externa Comum (TEC) mantidas por Brasil e Argentina. Atualmente, ambos os países mantêm, cada um, 100 produtos registrados nas Listas de Exceções, número que deverá ser reduzido para 50 até o final de 2010. A Decisão estabelece, ademais, que as Listas de Exceção de 100 itens para o Paraguai e para o Uruguai terão validade até 31 de dezembro de 2015.

---

### **Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações**

---

Foram adotadas, no último Conselho do Mercado Comum (CMC), as Decisões N.ºs 58/07 e 61/07, que dispõem sobre a prorrogação dos prazos para a elaboração de regimes comuns para a importação, respectivamente, de Bens de Capital (BKs) e de Bens de Informática e Telecomunicações (BITs).

Quanto a BKs, decidiu-se estender, até 31 de dezembro de 2008, o mandato para que o

Grupo de Alto Nível para o Exame da Consistência e Dispersão da Tarifa Externa Comum (GANTEC) elabore proposta de revisão da TEC.

Atualmente, os Estados Partes podem manter regimes nacionais para BKs. A tarifa aplicada para o setor, no Brasil, inclui várias linhas tarifárias a 14%, embora continue vigente o regime de "ex-tarifários", que permite reduzir, por até dois anos, a tarifa de importação de equipamentos sem produção nacional.

No que respeita aos BITs, o GANTEC deverá formular, até a última reunião do Grupo Mercado Comum (GMC) de 2008, proposta de revisão da estrutura tarifária do setor. O cronograma de convergência das alíquotas deverá iniciar-se, para Brasil e Argentina, em 2009, e, para Paraguai e Uruguai, em 2016.

Até 2009, portanto, o Brasil poderá manter sua lista de exceções para BITs, com 77 códigos NCM.

---

### **Regime de Origem**

---

Na reunião de fevereiro da Comissão de Comércio do MERCOSUL, foi aprovada a atualização do Texto Ordenado do Regime de Origem do MERCOSUL, que consolida as normas vigentes no bloco. Será atualizada a versão disponível na página "web" da Secretaria do MERCOSUL (endereço eletrônico: [www.mercosur.int](http://www.mercosur.int)).

---

### **Redução Temporária da Tarifa Externa Comum**

---

A Comissão de Comércio do MERCOSUL, reunida em Montevideu, em fevereiro, aprovou, com base na Resolução 69/00 (garantia de abastecimento normal), a redução temporária da Tarifa Externa Comum (TEC) para os seguintes produtos:

- "Outros óleos de amêndoa de palma (óleo de palmiste refinado)", NCM 1513.29.10,

a 2%, por 12 meses, para uma quota de 150.000 toneladas (pedido do Brasil);

- "Outros óleos de amêndoa de palma", NCM 1513.29.10, a 2%, por 12 meses, para uma quota de 7.000 toneladas (pedido da Argentina);
- "Resinas de petróleo, parcial ou totalmente hidrogenadas, de cor Gardner inferior ou igual a 3 (Norma ASTM D 1544)", NCM 3911.10.20, a 2%, por 6 meses, para uma quota de 1.750 toneladas (pedido da Argentina); e
- "Cumeno", NCM 2902.70.00, a 2%, por 12 meses, para uma quota de 60.000 toneladas (pedido do Brasil).

---

### Superação das Assimetrias

---

Os Estados Partes prosseguirão, neste semestre, com os trabalhos para elaborar "Plano Estratégico de Superação das Assimetrias no MERCOSUL".

Foi prorrogado, até dezembro de 2008, o prazo para o Grupo de Alto Nível (GANASIM), responsável pela elaboração do Plano, apresentar proposta final.

---

### Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)

---

*Projetos:* dois novos projetos do Paraguai foram aprovados na última Reunião do Conselho do Mercado Comum:

- *Construção e melhoramento dos sistemas de água potável e saneamento básico em pequenas comunidades rurais e indígenas do país, no montante de US\$ 39,5 milhões (Decisão CMC N.º 47/07); e*
- *Recapeamento asfáltico do trecho alimentador da Rota 8, corredor de integração regional, Rota 8 – San Salvador – Borja Iturbe y Ramal a Rojas*

*Potrero*, no total de US\$ 6,3 milhões (Decisão CMC N.º 48/07).

O Paraguai conta com oito projetos aprovados, que totalizam US\$ 110 milhões. Outros treze projetos submetidos por aquele país – em infra-estrutura viária, inovação tecnológica, turismo, saneamento básico, educação e inclusão social – se encontram em fase de análise técnica e financeira pela Unidade Técnica FOCEM (UTF), em Montevideu.

*Funcionamento do Fundo:* durante o CMC de dezembro, foi aprovado o Orçamento do FOCEM para 2008, ano em que as contribuições dos países totalizarão, em conjunto, US\$ 100 milhões. Também se autorizou que os recursos do Fundo sejam mantidos em contas remuneradas, cujos dividendos deverão ser empregados em projetos de interesse dos quatro Estados Partes.

---

### Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Israel

---

Em 18 de dezembro, foi assinado, em Montevideu, o Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o MERCOSUL e Israel. Trata-se do primeiro ALC firmado pelo MERCOSUL com parceiro extra-regional.

O Acordo cobre as seguintes áreas: comércio de bens, regras de origem, salvaguardas, cooperação em normas técnicas, cooperação em normas sanitárias e fitossanitárias, cooperação tecnológica e técnica, e cooperação aduaneira. O instrumento prevê, para as economias menores do MERCOSUL, tratamento mais favorável para o acesso ao mercado israelense.

Quanto ao comércio de bens, o cronograma de liberalização compreende as seguintes "cestas": A (desgravação imediata); B (em quatro anos); C (em oito anos); D (em dez anos); e E (com quotas ou margens de preferência fixas). A cesta A de Israel abrange 75% de suas linhas tarifárias. As cestas

israelenses A a D cobrem 95% do total das exportações brasileiras. Em contrapartida, as cestas de A a D do MERCOSUL cobrem 92% do volume de importações brasileiras provenientes de Israel.

Em 2007, o intercâmbio comercial Brasil–Israel foi de US\$ 1,03 bilhão. As exportações brasileiras somaram US\$ 356 milhões, com forte participação de carne bovina congelada, soja, açúcar e tubos de cobre. Por sua vez, as importações brasileiras, no valor de US\$ 676 milhões, consistiram basicamente em fertilizantes e agroquímicos.

---

### **MERCOSUL–União Européia**

---

Em 17 de dezembro, o Comissário europeu para Assuntos Econômicos e Monetários, Joaquín Almunia, foi recebido pelos Chanceleres do MERCOSUL, em Montevideu. O Comunicado Conjunto derivado da reunião expressa a "forte vontade política de relançar as negociações com vistas a concluir o Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Européia".

Em 3 e 4 de abril, realizar-se-á, em Bruxelas, reunião de altos funcionários dos dois blocos regionais, em preparação a encontro bilateral MERCOSUL–UE à margem da próxima Cúpula América Latina e Caribe–União Européia, em Lima, em 16 de maio próximo.

---

### **Integração Produtiva**

---

Na última Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), em dezembro, foi instituído Grupo *Ad Hoc* — no âmbito do Grupo Mercado Comum (GMC) — para a elaboração de um Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL. O Programa deverá ser apreciado pelo CMC ainda no primeiro semestre de 2008.

O Grupo *Ad Hoc* levará em consideração, entre outros, o conjunto inicial de projetos já identificados — Desenvolvimento de

Fornecedores (setor de Petróleo e Gás), Adensamento da Cadeia Automotiva, Desenvolvimento Regional de Circuitos Turísticos e Intercâmbio de Experiências Empresariais. A metodologia de trabalho incluirá a designação de pontos focais em cada Estado Parte e a participação do setor privado.

---

### **Biocombustíveis**

---

Em dezembro, foi aprovado, em Montevideu, o Plano de Ação do MERCOSUL para a Cooperação em Matéria de Biocombustíveis. Para sua implementação, foi criado o Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis, que funcionará no âmbito do Grupo Mercado Comum (GMC). A primeira reunião do Grupo *Ad Hoc* será realizada em 18 de março, em Buenos Aires.

---

### **Boletim de Indicadores Macroeconômicos do MERCOSUL**

---

Reunidos em Montevideu, em 16 de dezembro, os Ministros da Economia e Presidentes dos Bancos Centrais do MERCOSUL e Estados Associados decidiram publicar, semestralmente, um "Boletim de Indicadores Macroeconômicos".

O documento, que contemplará estatísticas oficiais e harmonizadas de cada país do MERCOSUL, conterà os seguintes capítulos: atividade econômica e preços, moeda e crédito, finanças públicas e setor externo.

---

### **Transações em Moedas Locais**

---

Em dezembro, os Estados Membros do MERCOSUL protocolizaram, na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) sobre "Transações Comerciais em Moedas Locais", que passou a constituir o

59.º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Económica (ACE) n.º 18, referente ao MERCOSUL.

O Protocolo entrará em vigor, para os dois primeiros Estados que o ratificarem, trinta dias após o depósito do segundo instrumento de ratificação. O Brasil incorporou a Decisão a seu ordenamento jurídico por meio do Decreto n.º 6.374, de 18 de fevereiro de 2008.

O objetivo do mecanismo de transação em moedas locais é a redução das despesas cambiais nas operações de comércio entre os países do MERCOSUL, que atualmente utilizam o dólar ou outra divisa forte como meio de pagamento.

Os Bancos Centrais do Brasil e da Argentina têm mantido reuniões para a definição de aspectos operacionais do sistema de pagamentos em moeda local, voltado para o comércio bilateral. O sistema deverá entrar em operação em julho ou agosto de 2008.

### **Banco do Brasil e BNDES em Montevideu**

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Tabaré Vázquez, do Uruguai, anunciaram, em 18 de dezembro, a futura instalação, em Montevideu, de escritórios de representação do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES).

O escritório do Banco do Brasil deverá incentivar operações de investimento e de comércio exterior entre o Brasil e o Uruguai.

O do BNDES, por sua vez, buscará intensificar relações com órgãos governamentais e o setor privado dos Estados Partes do MERCOSUL. Trata-se da primeira representação internacional do BNDES desde o fechamento do escritório em Washington, no final da década de 80.

## **MERCOSUL Político-Social**

### **Parlamento do MERCOSUL**

Realizou-se, em 18 de dezembro, em Montevideu, a I Sessão Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL. Foi transferida a Presidência do Parlamento do Deputado uruguaio Roberto Conde para o Senador argentino José Pampuro.

Nas Comissões do Parlamento, foram discutidos os seguintes pontos: questões energéticas regionais (incluindo Itaipu), comércio de pneus remoldados, livre trânsito de trabalhadores, metodologia para a elaboração de relatório anual sobre direitos humanos, utilização do Aquífero Guarani, assimetrias no MERCOSUL e situação política da Bolívia.

O novo Presidente do Parlamento informou que, em 2008, deverão ser debatidos critérios

para a definição da "representação cidadã" — número de parlamentares por país. Atualmente, o Parlamento funciona com sistema provisório de representação paritária, com dezoito parlamentares por país. O Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL previa a aprovação dos critérios definitivos de representação até dezembro de 2007, em tempo hábil para que tais critérios pudessem aplicar-se já nas primeiras eleições do Parlamento por sufrágio universal direto. Não havendo o Parlamento acordado uma proposta sobre tais critérios, não foi possível para o Conselho do Mercado Comum, em dezembro de 2007, adotar decisão sobre o assunto, como estava previsto. Há expectativa de que uma proposta sobre o tema possa ser apresentada até o final do corrente ano.

O Paraguai, em suas eleições gerais de abril próximo, será o primeiro Estado Parte a eleger seus representantes para o Parlamento, antes,

portanto, do prazo de 2010, previsto no Protocolo Constitutivo.

### **Coordenação Policial**

Em cumprimento aos objetivos do “Centro de Coordenação e Capacitação Policial do MERCOSUL e Estados Associados”, constituído no âmbito da Reunião de Ministros de Interior dos países do bloco, será realizado, em fevereiro, em Brasília, o “Curso de Formação Profissional de Agente de Polícia Federal do Brasil”. O curso, com duração de quatro meses e meio, contará com a participação de integrantes das forças de segurança pública do MERCOSUL e Estados Associados.

### **"Visto MERCOSUL"**

O Uruguai depositou, em 15 de janeiro, o instrumento de ratificação do Acordo para a Criação do "Visto MERCOSUL". O Paraguai já havia efetuado o depósito de seu instrumento em agosto de 2005.

Assinado em dezembro de 2003, em Assunção, o Acordo institui procedimentos uniformes para que nacionais de um dos Estados Partes possam prestar, temporariamente, serviços no território de outra Parte, mediante contrato para a realização de atividades remuneradas.

## **MERCOSUL: Outros Temas**

### **Novo Diretor da Secretaria do MERCOSUL**

O Conselho do Mercado Comum (CMC), em sua última reunião, em Montevideu, designou o uruguaio José Manuel Quijano Capurro para o cargo de Diretor da Secretaria do MERCOSUL no período 2008–2009, em substituição a José Büttner, de nacionalidade paraguaia.

O economista José Manuel Quijano, doutor pela Universidade de Paris, foi professor de teoria monetária e de teoria de integração regional em universidades do Uruguai, da Argentina e do México. Atuou ainda como coordenador de diversos projetos de pesquisa sobre o MERCOSUL.

A Secretaria do MERCOSUL, com sede em Montevideu, foi criada pelo Protocolo de Ouro Preto, em 1994, para prestar apoio técnico e logístico ao processo de integração.

### **Presidência da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL**

Foi prorrogado, até 31 de dezembro de 2008, o mandato do argentino Carlos "Chacho" Alvarez para o cargo de Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), que expiraria no final de 2007.

A decisão foi tomada pelos Ministros do MERCOSUL na última reunião do CMC, em Montevideu.

### **Tarefas Conjuntas dos Representantes Permanentes do MERCOSUL**

Por decisão do último Conselho do Mercado Comum, em dezembro, foi estabelecida instância formal, constituída pelos

Representantes Permanentes dos Estados Partes do MERCOSUL em Montevideu, que passarão a desenvolver atividades encomendadas pelo Grupo Mercado Comum (GMC).

O objetivo da decisão dos Ministros é conferir agilidade e imprimir maior continuidade ao processo decisório do bloco regional, bem como facilitar os trabalhos preparatórios das reuniões do MERCOSUL.

## ALADI

### Projetos de Resolução para o Conselho de Ministros

A XIV Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, que se realizará em Montevideu, em 11 de março, considerará os seguintes sete projetos de Resolução, com vista ao estabelecimento de diretrizes para a conformação de um Espaço de Livre Comércio (ELC) entre os doze países-membros:

- acesso a mercados de bens;
- comércio de serviços;
- regime de origem;
- regime de salvaguardas;
- mecanismo de solução de controvérsias;
- plano de ação em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo; e
- diretrizes para o fortalecimento da integração produtiva regional, a promoção do comércio e uma maior participação da sociedade civil.

Os projetos têm os seguintes objetivos:

- estabelecer, até dezembro de 2008, programa de trabalho, com metas e prazos, para a conformação do Espaço de Livre Comércio. O núcleo desse programa deverá ser a proposta de modalidades para o aprofundamento e convergência das preferências regionais, que incluirá

medidas nas áreas de liberalização do comércio e de normas e disciplinas. Poderão estabelecer-se, entre tais modalidades, iniciativas para a "multilateralização" dos esquemas de preferências tarifárias vigentes;

- fixar data como meta para a liberalização comercial na região;
- harmonizar normas e disciplinas comerciais, em especial as mais diretamente vinculadas a acesso a mercados (regras de origem, salvaguardas, solução de controvérsias, normas técnicas, restrições não-tarifárias e medidas sanitárias e fitossanitárias). No tocante a regras de origem, medidas de salvaguarda e solução de controvérsias, o Conselho de Ministros deverá determinar o início de processo de negociação de disciplinas regionais comuns a partir de março/abril de 2008. O objetivo é simplificar trâmites comerciais e alfandegários (caso de regras de origem) e conferir maior previsibilidade e segurança jurídica às transações mercantis (caso de salvaguardas e solução de controvérsias);
- definir o tratamento a ser conferido às demais normas e disciplinas comerciais, cujo alcance será objeto de debate e que integrarão etapa posterior do programa de trabalho. Entre essas normas incluem-se defesa comercial, valoração aduaneira, regimes aduaneiros especiais, propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais;

- complementar a liberalização do comércio de bens com a abertura de processo de definição de modalidades negociadoras para a liberalização do comércio de serviços; e
- fortalecer a sociedade civil (empresários e trabalhadores) nos debates sobre o processo de integração.

Após a Reunião do Conselho, será convocada Conferência de Avaliação e Convergência, que apresentará propostas de modalidades de negociação. Caberá também à Conferência propor uma data como meta para alcançar o livre comércio na Associação. Com isso, o cronograma previsto no projeto de resolução sobre acesso a mercado de bens poderá definir o desenho, já ao início de 2009, de um "mapa do caminho" para a construção do ELC.

Do ponto de vista brasileiro, o processo de convergência do esquema regional de preferências oferece espaço negociador para a inclusão de México e Cuba no esforço de liberalização do mercado de bens latino-americano. Atualmente, apenas 7,5% dos produtos do intercâmbio comercial entre Brasil e México e 18,4% daquele entre Brasil

e Cuba gozam de 100% de preferência. A região sul-americana, por sua vez, apresenta tendência ao comércio crescentemente livre: em 2018, as relações comerciais bilaterais apresentarão 100% de margem de preferência em mais de 90% dos itens.

### **Eleição do Secretário-Geral**

Um dos pontos da agenda da Reunião do Conselho de Ministros da ALADI será a eleição do próximo Secretário-Geral da Associação, cargo atualmente ocupado pelo ex-Chanceler uruguaio Didier Operti. Haviam sido apresentados dois candidatos: a Embaixadora Claudia María Uribe Pineda, atual Representante da Colômbia junto à Organização Mundial do Comércio, e o Embaixador paraguaio Bernardino Hugo Saguier Caballero, atual Representante da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Quito. Em 3 de março, a Colômbia anunciou a desistência de sua candidatura. O Brasil havia manifestado seu apoio ao candidato paraguaio em setembro de 2007.

## **OUTROS TEMAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL**

### **Corporação Andina de Fomento**

Em cerimônia realizada na cidade de Montevideu, em 18 de dezembro, o Brasil tornou-se "membro especial" da Corporação Andina de Fomento (CAF).

A nova classificação fortalece a presença do Brasil no organismo, no qual contará com um diretor permanente e maior cobertura de recursos para contratação de novos financiamentos.

Em contrapartida, o Governo brasileiro assumiu o compromisso de elevar sua

contribuição acionária, que deverá alcançar, em 2010, US\$ 467 milhões. Até o ano passado, a participação do Brasil totalizava US\$ 150 milhões, o que lhe conferia, de acordo com os estatutos da CAF, condição de "sócio da série C". As compras de ações serão efetuadas gradualmente, por via orçamentária.

A CAF é uma instituição financeira multilateral que presta um conjunto de serviços bancários aos setores públicos e privados dos países acionistas. Desempenha papel importante no processo de integração regional mediante o financiamento de projetos

de infra-estrutura e de desenvolvimento sustentável.

Em 2006, a carteira da CAF de empréstimos e de investimentos em capital atingiu nível

recorde de US\$ 8,2 bilhões. Para o Brasil, foram aprovados projetos no montante de US\$ 579 milhões, 53% dos quais destinados ao setor privado.

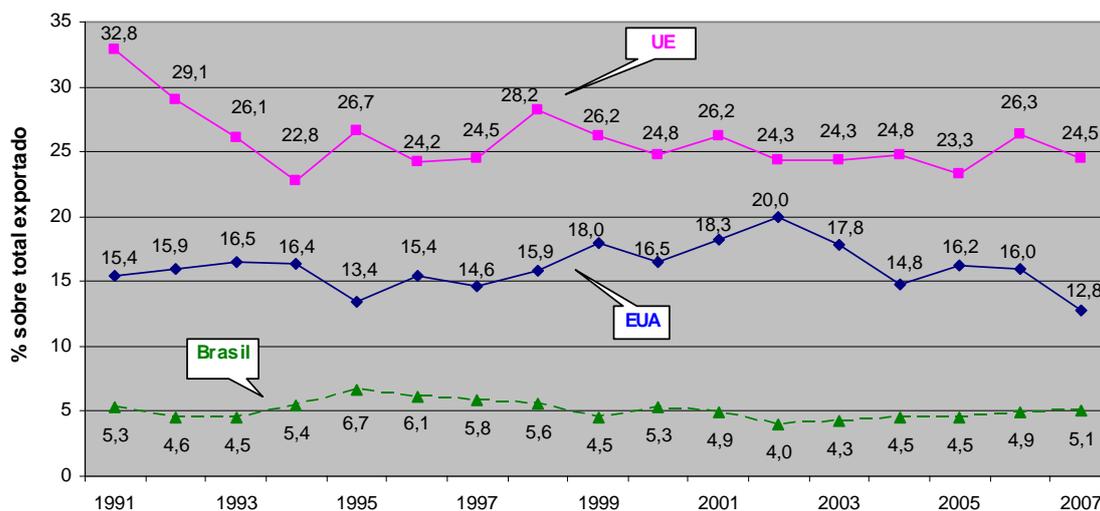
## Anexo Estatístico

### EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO DO BRASIL COM O CHILE E O MÉXICO

De 1999 a 2007, o intercâmbio comercial do Brasil com o Chile aumentou de US\$ 1,6 bilhão para US\$ 7,5 bilhões e o comércio Brasil-México saltou de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 6 bilhões.

Naquele mesmo período, a participação das exportações do Chile para o Brasil, em relação ao total das exportações chilenas, registrou variações pouco significativas, tendo oscilado entre 4% e 5,3%. A participação das exportações chilenas para a União Europeia manteve-se entre 23,3% e 26,3%, o que também reflete relativa estabilidade. Em contraste, a participação das exportações do Chile para os Estados Unidos perdeu, desde 2002, importância relativa na balança comercial chilena, a ponto de, em 2007, o mercado dos Estados Unidos ter representado apenas 12,8% das exportações chilenas, a proporção mais baixa registrada desde pelo menos 1991.

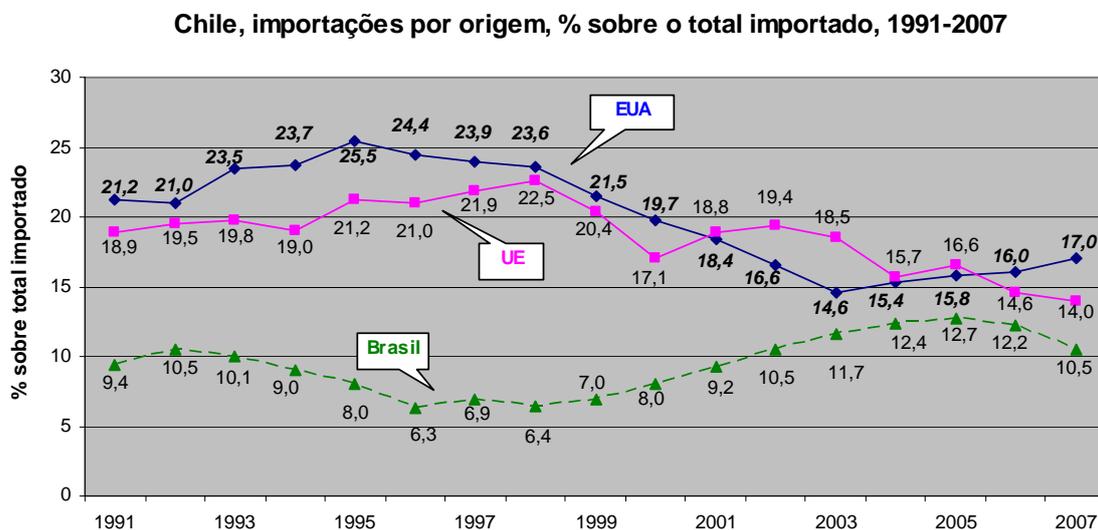
Chile, exportações por destino, % sobre o total exportado, 1991-2007



Fonte: Secretaria-Geral da ALADI.

Do ponto de vista das importações do Chile, verifica-se que a participação dos produtos brasileiros saltou de 6,4%, em 1998, para 12,7%, em 2005. Essa fatia reduziu-se nos últimos dois anos, atingindo, em 2007, 10,5%, patamar bastante superior, de toda forma, à média da

década de 90. As importações provenientes da União Europeia, por sua vez, têm perdido espaço relativo. De um pico de 22,5%, em 1998, os produtos europeus representaram, em 2007, apenas 14% das importações do Chile. Finalmente, as importações oriundas dos Estados Unidos, declinantes desde 1995, lograram, em 2003, inverter a tendência e iniciar movimento ascendente.

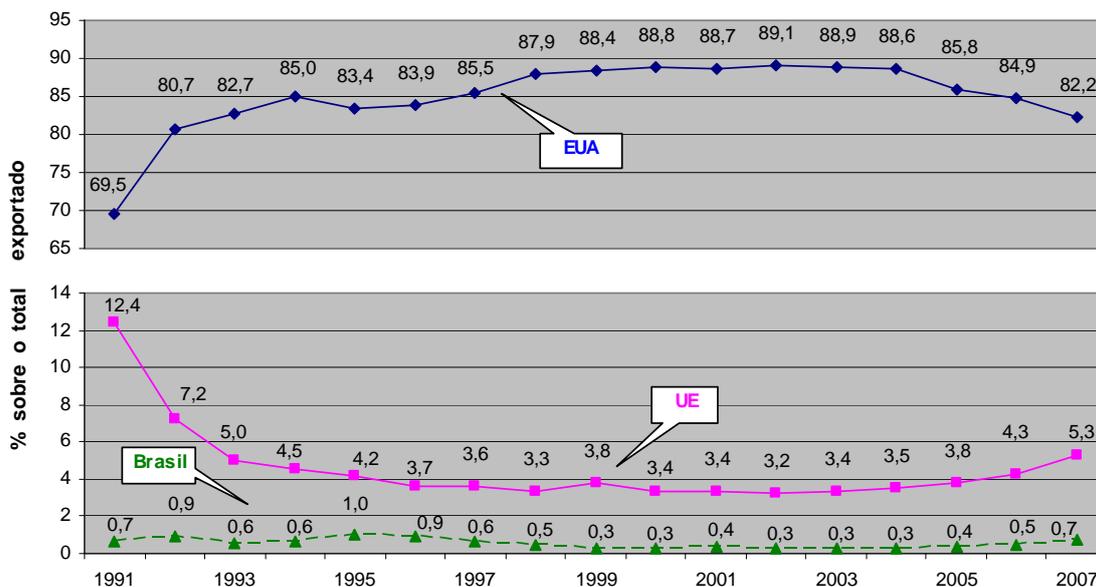


Fonte: Secretaria-Geral da ALADI.

Embora a balança comercial mexicana apresente padrão bastante distinto do da chilena — tendo em vista a elevada concentração do intercâmbio do México com os Estados Unidos —, a evolução do comércio Brasil-México apresentou, no período de que se trata, comportamento similar ao de Brasil-Chile.

A participação do Brasil como destino das exportações mexicanas registrou, desde 1998, variação modesta, oscilando entre 0,3% e 0,5%. Em contraste, as exportações para a União Europeia tornaram-se crescentemente importantes para o México, passando de 3,2%, em 2002, para 5,3% em 2007. Os Estados Unidos, por sua vez, mantiveram parcela bastante alta das exportações mexicanas, apesar de movimento descendente desde 2005. Em 2007, 82,2% das exportações do México, a menor proporção registrada desde 1992, dirigiram-se ao mercado dos Estados Unidos.

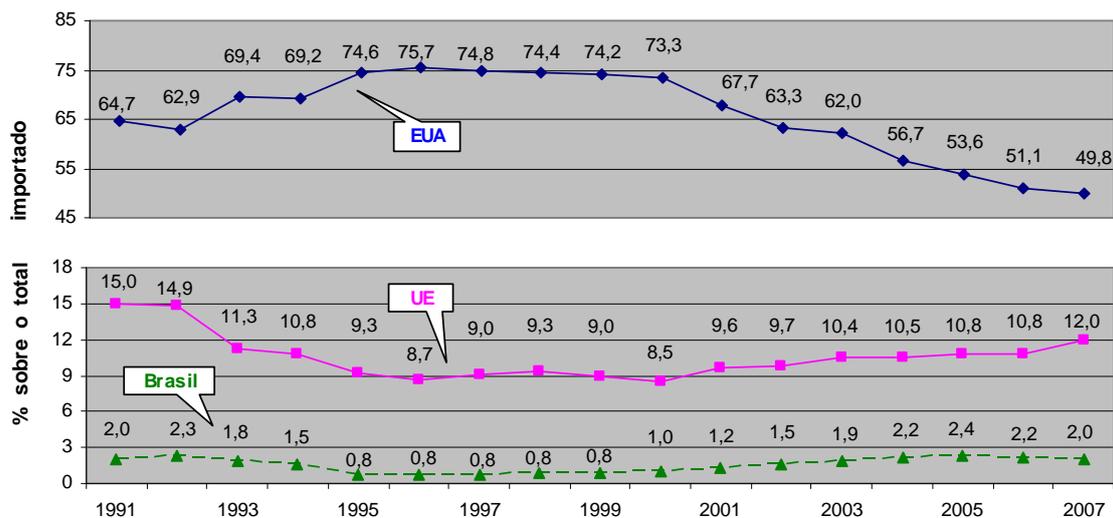
México, exportações por destino, % sobre o total exportado, 1991-2007



Fonte: Secretaria-Geral da ALADI.

Do lado das importações do México, tem aumentado a participação do Brasil, ainda que se mantenha em patamares bem inferiores aos observados no caso chileno. Subiu de 0,8%, em 1999, para 2,4% em 2005, apesar de pequenas reduções em 2006 e 2007. A União Européia também registrou incremento, embora moderado, de sua participação no mercado mexicano — de uma média de 9%, em 1995–2000, para cerca de 10%, em 2001–2006, fechando em 2007 com 12%, o nível mais alto desde 1992. Finalmente, a parcela das vendas dos Estados Unidos no mercado mexicano sofreu redução acentuada, passando de 74,2%, em 1999, para 49,8%, em 2007.

México, importações por origem, % sobre o total importado, 1991-2007



Fonte: Secretaria-Geral da ALADI.

Em suma, embora no período 1999–2005 as mercadorias brasileiras tivessem aumentado sua participação no total das importações do Chile e do México, verificou-se reversão dessa tendência em 2006–2007, período em que o Brasil perdeu espaço relativo nos dois mercados. A União Européia, por sua vez, desde 2002 perde espaço no mercado chileno, embora o ganhe no mexicano. Em contraste, já desde meados da década de 90, os Estados Unidos perdem mercado no México, ao passo que, desde 2003, ganham-no no Chile.

Ao mesmo tempo, o mercado brasileiro não representa, desde 1999, destino de participação crescente no total das exportações chilenas nem mexicanas. A participação da União Européia aumentou nas exportações mexicanas e manteve-se estável nas exportações chilenas. Já a fatia dos Estados Unidos diminuiu tanto nas exportações do México quanto nas do Chile.

---

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL**

Regis Arslanian (Embaixador)  
José Humberto de Brito Cruz  
Fábio Vaz Pitaluga  
Otávio Brandelli  
Lilium Beatris Chagas de Moura  
Ivana Marília Gurgel  
Clélio Nivaldo Crippa Filho  
Luís Guilherme Parga Cintra  
Regiane Gonçalves de Melo  
José Gilberto Scandiucci Filho (edição)  
Eduardo Pereira e Ferreira

Calle Andes 1365, Piso 6 – Edificio Torre Independencia – Plaza Independencia – 11.100 Montevideo, Uruguay  
tel (00598)(2) 902-0777/0510 e 901-0399 – fax (00598)(2) 902-1312 – correio eletrônico: [brasaladi@brasaladi.org.uy](mailto:brasaladi@brasaladi.org.uy)

**Observação**

O conteúdo da *Carta de Montevideu* é de responsabilidade da Delegação do Brasil. As informações aqui apresentadas buscam oferecer um quadro abrangente de temas da atualidade do processo de integração, mas não pretendem ser exaustivas. As referências a normas legais aprovadas no âmbito do MERCOSUL e da ALADI são feitas com intuito meramente informativo e, portanto, não se substituem aos textos autênticos dessas normas, tais como oficialmente publicados.